

**OS EVENTOS CONVERTIDOS EM
NORMAS NA SITUAÇÃO
GEOGRÁFICA DE PETROLINA/PE E
JUAZEIRO/BA**

*THE EVENTS CONVERTED IN
REGULATIONS IN THE GEOGRAPHICAL
SITUATION OF PETROLINA/PE AND
JUAZEIRO/BA*

*LOS EVENTOS CONVERTIDOS EN
NORMAS EN LA SITUACIÓN GEOGRÁFICA
DE PETROLINA/PE Y JUAZEIRO/BA*

LUCIANA DA COSTA FEITOSA

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN) – Natal/RN.

E-mail: lcostafeitosa@gmail.com

Resumo: O artigo tem por objetivo explicar a relação entre a escala de origem e a escala de realização dos eventos na implementação da regionalização como ferramenta de planejamento. A partir da análise das estratégias de sistematização da RIDE Petrolina-Juazeiro, área prioritária de intervenção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco, primeira experiência de regionalização interestadual da Política de Saúde no Brasil, constatou-se que o processo de regulação normativa do território não segue, necessariamente, o poder hierárquico rígido “de cima para baixo” que emana do ente federal de governo e reverbera nos entes estaduais e municipais. Sendo assim, o conceito de situação geográfica foi usado como instrumento metodológico para compreender a região nas políticas públicas brasileiras.

Palavras-chave: eventos, situação geográfica, normas, regionalização, políticas públicas.

Abstract: This article aims to explain the relationship between the scale of origin and the scale of realization of events in the implementation of the regionalization as a planning tool. From the systematization strategies analysis of Petrolina-Juazeiro RIDE, priority area of intervention of the National Policy for Regional Development, and the Interstate Health Care Network of Vale do Médio São Francisco, first experience of interstate regionalization of Health Policy in Brazil, was found that the process of regulation of the territory does not necessarily follow the rigid hierarchical power “top-down” that emanates from the federal government and reverberate in the states and municipal entities. Thus, the concept of geographical situation as a methodological tool to understand the region in Brazilian public policies.

Keywords: events, geographical situation, regulation, regionalization, public policies.

Resumen: El artículo tiene por objetivo explicar la relación entre la escala de origen y la escala de realización de los eventos en la implementación de la regionalización como herramienta de planificación. Desde las análisis de las estrategias de sistematización de la RIDE Petrolina-Juazeiro - zona prioritaria de intervención de la Política Nacional de Desarrollo Regional - y de la Red Interestatal de Atención a la Salud del Valle del Medio San Francisco - primera experiencia de regionalización interestatal de la Política de Salud en Brasil - se constató que el proceso de regulación normativa del territorio no sigue necesariamente el poder jerárquico rígido "de arriba a abajo" que emana del ente federal de gobierno y reverbera en los entes estatales y municipales. Por lo tanto, se utilizó el concepto de situación geográfica como instrumento metodológico para comprender las políticas públicas brasileñas.

Palabras clave: eventos, situación geográfica, normas, regionalización, políticas públicas.

Introdução

No Brasil, desde os anos 1950, o planejamento regional foi institucionalizado na Administração Pública Federal e vem sendo usado de maneira sistematizada ou fragmentada, em cada período

político, como estratégia de aprimoramento de diferentes políticas públicas. Durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff¹ a *questão regional* voltou a ganhar destaque na agenda de governo em virtude da tentativa de diminuição das desigualdades sociais e regionais por meio da integração de múltiplas escalas espaciais. Diversos estudos e debates realizados em ministérios, institutos de pesquisa e universidades devolveram à região um papel de protagonismo no processo de formulação de políticas públicas.

A agenda de desenvolvimento regional experimentada pelo país nesse período se apoiou na restauração do federalismo estabelecido pela Constituição de 1988, que consagrou que as políticas regionais precisam ser elaboradas e implementadas dentro dos marcos do sistema federal por meio da coordenação e cooperação da União com os demais antes federados. Sendo assim, o método geográfico se mostra um aliado às demandas de planejamento regional e ordenamento territorial em diversas escalas, pois compreende que a totalidade inerente ao espaço necessita da fragmentação em partes para a reconstituição do todo (SANTOS, 2008a [1981]).

O entendimento do espaço geográfico enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008b [1996]) - sustentado pelo tripé técnica, ciência e informação - sugere que no período atual a região deve ser compreendida por meio da relação entre forma e norma, pois enquanto a forma decide sobre o âmbito de uma ação através de suas características internas e

¹ Luiz Inácio Lula da Silva foi Presidente do Brasil durante dois mandatos (2003-2010) e Dilma Rousseff ocupou a presidência da República entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de agosto de 2016, quando foi destituída do segundo mandato após sofrer processo de Impeachment. Ambos compunham a legenda do Partido dos Trabalhadores (PT).

externas, as ações se tornam mais ou menos eficazes conforme as normas sejam adequadas a elas. Com base nisso é possível indagar duas questões: *a) as políticas públicas trabalham em consonância com as variáveis do período técnico-científico-informacional para tratar da “questão regional”?* *b) os pressupostos do pacto federativo cooperativo e das estratégias de articulação de políticas públicas dão conta de atualizar o debate sobre a região no território brasileiro?*

Balhim e Contel (2013) sugerem alguns pontos para reflexão ao argumentarem que, apesar da questão regional ser amplamente debatida, os conceitos de região e regionalização ainda são usados de forma polissêmica nos diferentes planos e períodos. Por isso Ribeiro (2015 [2004]) considera que a simbiose dessas duas categorias, quando se transforma em normas, expressa a gênese da estruturação das regiões e a forma de planejamento conduzida pelo Estado, dando sentido às ideias de *regionalização como fato* e *regionalização como ferramenta*.

A tentativa de restauração da “questão regional” na agenda governamental brasileira recente teve como principal marco a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)², sob responsabilidade do atual Ministério do Desenvolvimento Regional, que foi concebida em três instâncias de intervenção: *a nível nacional*, por meio da “Câmara Técnica de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional” (que compreende os ministérios setoriais); *a nível macrorregional*, por meio de planos e programas em áreas prioritárias; e *a nível sub-regional*, que compreende o nível

² A Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi instituída no ano de 2007, no primeiro governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro do referido ano. No dia 30 de maio de 2019, o atual presidente Jair Bolsonaro decretou uma nova versão da Política, que passava por processo de revisão desde 2012, por meio do Decreto nº 9.810. Neste artigo discute-se a relação da primeira PNDR com os eventos ocorridos na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

operacional das áreas escolhidas. Na Câmara Técnica destacou-se o protagonismo do Ministério da Saúde (MS) ao pensar uma “Câmara Técnica de Saúde de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Regional” especificamente para lidar com a cooperação de políticas públicas dentro das estratégias de atuação da PNDR, pois desde a Constituição de 1988 a Política de Saúde possui a prerrogativa legal de atuar de forma regionalizada³ no território brasileiro.

A problemática apresentada acima e sinalizada pelas estratégias de cooperação e articulação de políticas públicas da escala federal de governo foi analisada empiricamente nas escalas estaduais e municipais que formam a área de influência dos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. A escolha por esse recorte espacial se justifica por ser a única porção do território brasileiro constituída por mais de um estado da federação que possui, simultaneamente, duas regionalizações que subsidiam a PNDR e a Política de Saúde: a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE Petrolina-Juazeiro) e a Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco (Rede PeBa). Desse modo, “sintetizam as duas facetas mais problemáticas da região e da regionalização: o fato e a ferramenta” (RIBEIRO, 2015 [2004] p. 195).

O objetivo deste artigo é explicar a relação entre a escala de origem e a escala de realização dos eventos na implementação da regionalização como ferramenta de planejamento, pois toma como premissa que a relevância das normas que instituem a regionalização como ferramenta depende do conhecimento territorial que modela a regionalização como fato. Esse conhecimento está diretamente relacionado ao entendimento teórico da questão

³ O Artigo 198 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

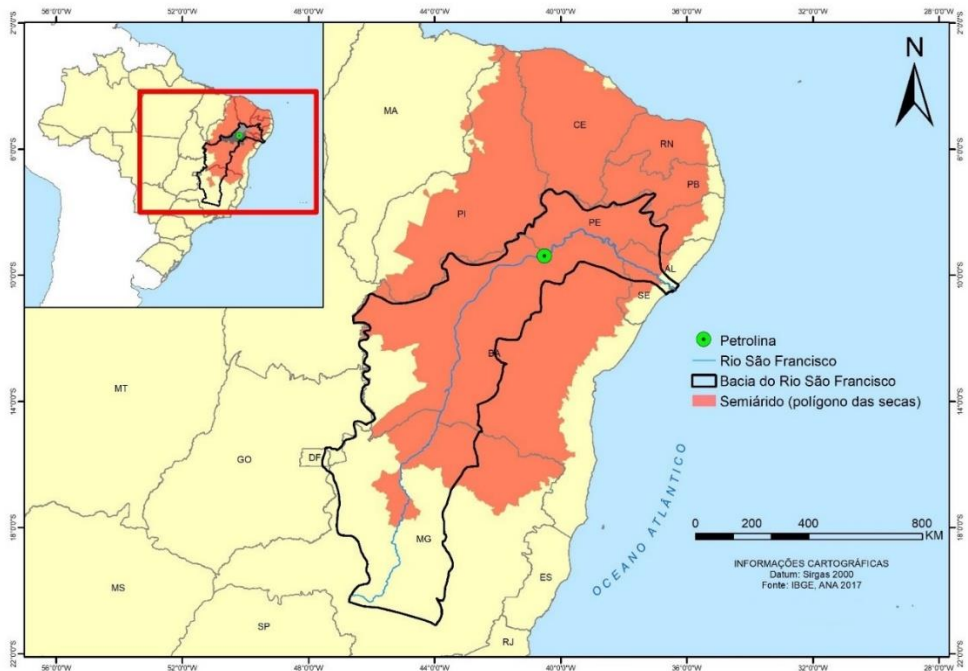
regional no período atual e por isso foi utilizado o conceito de situação geográfica como instrumento metodológico para se compreender a região nas políticas públicas brasileiras. A situação geográfica é entendida como o resultado de um conjunto de forças oriundo de eventos geografizados e tornados materialidade e norma (SILVEIRA, 1999), de modo que a sua constituição passa pelas divisões jurídico-políticas, heranças históricas e conteúdos econômicos, financeiros e normativos que **caracterizam o território e dão conteúdo às regiões**.

A metodologia estabeleceu uma cisão da totalidade do espaço geográfico em partes com a finalidade de decodificar, num determinado recorte empírico, a complexa teia de eventos, materialidades e ações que constituem a própria totalidade em movimento, mas que se manifesta de maneira particular a depender da área sobre a qual incide. Por isso, na primeira parte do trabalho explica-se como o conceito de situação geográfica é pertinente para analisar variáveis de diferentes escalas a partir das forças empíricas que constituem a área de influência dos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Na segunda parte evidencia-se que o poder regulatório das normas tem relação direta com a escala de origem e escala de realização dos eventos por meio da variável política. Na terceira parte destrincha-se a chegada e a construção metodológica da RIDE e da “Rede PeBa” na porção territorial de Petrolina/PE e Juazeiro/BA através dos atores governamentais que operam as regionalizações que subsidiam a PNDR e a Política de Saúde. Na quarta parte apresentam-se algumas conclusões sobre a necessidade de novas metodologias para se pensar o planejamento regional e as políticas públicas no período atual.

Situação geográfica: da perspectiva teórica ao instrumento metodológico

Os municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA constituem uma porção do território brasileiro com características de desenvolvimento bastante singular, pois nasceram praticamente sob as mesmas circunstâncias econômicas e políticas, mas estão localizados em estados distintos devido à fronteira natural do rio São Francisco. Ramos (2001) argumenta que, desde o período colonial, ambos se privilegiaram da posição estratégica da área e da via fluvial que era utilizada de encontro dos caminhos terrestres abertos pelos criadores de gado e bandeirantes, conforme pode ser observado pela **Figura 01**.

Figura 01: Mapa de localização da área de influência de Petrolina/PE e Juazeiro/BA no contexto da bacia hidrográfica do rio São Francisco e do semiárido nordestino.



Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, a incidência das variáveis do *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2008 [1994]) criou as possibilidades para a consolidação de Petrolina e Juazeiro entre as principais economias do semiárido nordestino. Esse novo período, marcado pelos novos papéis do Estado e revolução da informática conectando instantaneamente os lugares, permitiu a implementação de perímetros públicos irrigados e tornou o Vale do São Francisco um dos espaços agrícolas modernos do território brasileiro, por meio do binômio técnicas de irrigação-políticas públicas (RAMOS, 2013).

A modernização seletiva do território inseriu Petrolina e Juazeiro no competitivo mercado internacional de produção e exportação de frutas. Além disso, consolidou a influência de uma elite política local em Petrolina, representada pela Família Coelho⁴, que ocupa importantes cargos não só a nível regional, mas também nacional, ajudando a levar vetores externos que, ao se instituírem localmente, reverberam nas práticas e costumes herdados do passado, ao mesmo tempo em que também sofrem as influências oriundas da constituição dos lugares.

O conjunto de combinações criado a partir da disputa por interesses econômicos e políticos torna Petrolina e Juazeiro uma área com características singulares de constituição e usos do território, já

⁴ A Família Coelho, elite política e econômica do município de Petrolina, iniciou a sua consolidação hegemônica na região do Vale do São Francisco a partir de 1913, ano em que o patriarca da Família, Clementino de Souza Coelho – o Coronel Quelê – foi prefeito de Petrolina pelo período de 1913 a 1916. Desde 1947, quando seus filhos Nilo Coelho e Gercino Coelho se elegeram deputados estaduais, respectivamente, por Pernambuco e Bahia, os integrantes da família ocupam postos políticos nas três instâncias de poder do território brasileiro, de forma contínua, até os dias atuais, culminando com as ascensões de Fernando Bezerra Coelho ao Ministério da Integração Nacional, entre 2010 e 2013, durante o mandato de Dilma Rousseff, e de Fernando Coelho Filho ao Ministério de Minas e Energia, no Governo de Michel Temer. Atualmente, Miguel Coelho - também filho de Fernando Bezerra Coelho – cumpre mandato como prefeito de Petrolina para o período de 2017 a 2020.

que os municípios se situam geograficamente em lados opostos do rio São Francisco e estão politicamente inseridas em estados distintos da federação. Sendo assim, as densidades técnicas e normativas se dão em diferentes proporções de acordo com a força do seu emissor e do seu receptor, o que faz com que o Estado tente equalizar esses descompassos por meio da incidência de políticas públicas regionais. Todavia, essas também estão inseridas no jogo de forças que reverbera em múltiplas escalas e padecem da disputa por protagonismos de metodologias e de interesses econômicos e políticos.

Os argumentos acima demonstram a necessidade de um instrumento metodológico que lide com a complexidade de variáveis que formam a totalidade do espaço geográfico no atual período e que se mostre operacional nas estratégias de implementação de políticas regionais que lidam com forças distintas de múltiplas escalas numa mesma porção territorial. Portanto, propõe-se o conceito de situação geográfica como pertinente para analisar e articular variáveis de diversas escalas num contexto particular, pois sendo “síntese teórica que permite estabelecer nexos entre o mundo, a formação socioespacial e o lugar, a situação geográfica substantiva o princípio teórico de que o *uso do território* tem existência nos lugares” (CATAIA e RIBEIRO, 2015, p. 11).

A premissa de que o espaço geográfico é formado pela coexistência e inseparabilidade de objetos e ações pressupõe que não são apenas as formas em si, nem os conteúdos em si que ditam essas dinâmicas, mas a fusão de ambos por meio de uma forma-conteúdo, pois “a forma e o conteúdo somente existem separadamente como verdades parciais, abstrações que somente reencontram seu valor quando vistos em conjunto” (SANTOS, 2008b [1996], p. 100).

Consequentemente, o enfoque do espaço geográfico como resultado da conjugação entre forma e conteúdo depende da união do tempo e do espaço por meio do chamado tempo empírico, uma vez que o espaço sempre demanda um componente material e o tempo só tem sentido se for “considerado na sua empiricidade, na sua historicidade, que está atrás de sua realização histórica e geográfica” (SANTOS, 1999, p. 15). Isso autoriza a transição entre o passado e o futuro de um lugar por meio das mediações empíricas do presente.

A própria localização geográfica de Petrolina e Juazeiro, no meio do semiárido nordestino e às margens do rio São Francisco (**Figura 02**), ditou o modo como esta porção do território foi apropriada e usada ao longo dos séculos, o que justifica a afirmativa de Claval (2011) de que a análise de situação coloca em destaque as influências exercidas em uma localidade, uma região ou um país por outros lugares, regiões ou países. Sua operacionalidade e força teórica resulta da possibilidade de entendimento dos diferentes usos do território em seus diferentes períodos por meio das combinações de variáveis que formam subespaços coesos entre si.

Figura 02: Fotografia aérea de Petrolina/PE (parte inferior da imagem) e Juazeiro/BA (parte superior da imagem) sob as margens do rio São Francisco.



Fonte: Prefeitura de Petrolina, 2017.

O período técnico-científico-informacional demanda o entendimento conjunto da técnica e da política como variáveis que se instalam em toda parte e influenciam seletivamente os lugares a partir de ações globais. Cada lugar tem acesso ao acontecer do outro e o princípio da seletividade se dá também como princípio de hierarquia, já que aqueles subespaços dotados de maior protagonismo técnico e político se tornam referência para os demais (SANTOS, 2001).

Tal fenômeno ocorreu na área de influência de Petrolina/PE e Juazeiro/BA na medida em que a sua transformação em polo de fruticultura irrigada esteve diretamente associada ao protagonismo da Família Coelho enquanto líder política de Petrolina e responsável por implementar perímetros públicos irrigados ainda no contexto das políticas de desenvolvimento regional preconizadas pela

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A partir daí abriu-se a possibilidade para instalação de empresas na área que contaram com forte apoio do poder público, moldando a geografia local e redefinindo o jogo de forças externos e internos que constitui essa situação.

Na tentativa de dar conta das particularidades do funcionamento do mundo do presente, Silveira (1999) propõe que a situação geográfica seja estudada como resultado de um conjunto de forças oriundo de eventos geografizados e tornados materialidade e norma, pois o valor dos lugares muda na medida em que se muda a situação. Assim, “ao longo do tempo, os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência” (SILVEIRA, 1999, p. 22), pois “se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou de algumas dessas possibilidades existentes no mundo” (SANTOS, 2008b [1996], p. 144).

A proposta sugerida pela autora toma como fundamento de método a ideia de que só é possível falar em tempo-espaço a partir da ideia de evento, que reúne tempo e espaço numa categoria única. Ou seja, uma vez que o espaço sempre demanda um componente material e o tempo só tem sentido se for considerado do ponto de vista empírico, o evento surge como possibilidade de unir o mundo ao lugar e o futuro e passado por meio das mediações empíricas do presente. Nesse sentido, o evento pode ser compreendido como sendo o,

resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa

quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes (SANTOS, 2008b [1996], p. 95).

No período técnico-científico-informacional a incidência de variáveis exógenas muda a constituição interna dos lugares e, conseqüentemente, a relação da situação com o mundo, pois quando a sociedade muda o conjunto de suas funções também muda em quantidade e qualidade. Conseqüentemente, o evento revela a indissociabilidade contraditória de objetos e ações e obriga a explicação tanto dos objetos quanto do sistema de ações decorrentes dele. Por isso a “situação não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas também um conjunto de relações. [...] Construção histórica e concreta, **uma situação é, sobretudo, um instrumento metodológico**” (SILVEIRA, 1999, p. 27, grifo nosso).

A situação geográfica vista como teoria e como prática metodológica possibilita uma interpretação geográfica sob três perspectivas indissociáveis: a) as estruturas históricas herdadas; b) a conjuntura e a coerência dos eventos presentes nos lugares e c) o projeto dos lugares lançado pela situação geográfica. A partir daí é possível analisar qualquer porção do território levando-se em consideração objetos técnicos, normas, ações, agentes, escalas, ideologia, discursos, imagens, que são diversos no processo histórico e nos lugares. Da combinação desses dados nos lugares decorrem formas de vida concretas e, ao mesmo tempo, poderão ser pensadas formas de vida possíveis (SILVEIRA, 1999).

As estratégias de formulação e cooperação de políticas públicas que tomam o elemento regional e as articulações escalares como ponto de partida podem ser diretamente beneficiadas por esse encaminhamento de método, já que são disponibilizadas ferramentas que permitem a compreensão e distinção dos novos conteúdos do

lugar e da região no período atual. O que os caracteriza não é escala geométrica, e sim a escala de ocorrência do fenômeno que dá a coerência funcional para o seu edifício, de modo que o ideal é descobrir a lógica dos fenômenos em relação à lógica geométrica do espaço. No entanto, no lugar tem-se o fundamento de uma *solidariedade orgânica* baseada nos domínios da contiguidade e na região o que predomina é o fundamento de uma *solidariedade organizacional* forjada a partir de interesses externos (SANTOS, 2008b [1996]).

A região se forma a partir da interdependência entre uma ordem global (ou nacional) e uma ordem local, já que “a presença de elementos verticais e horizontais contribui para explicar tanto o acúmulo de funções nas regiões quanto o seu esvaziamento” (SILVEIRA, 2010, p. 77). Mas o lugar também está subordinado às mesmas leis gerais de evolução onde “a cada temporalização prática corresponde uma nova espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos”. (SANTOS, 2008c [2002], p. 159).

A distinção entre ambos depende da solidariedade geográfica que dá coesão aos tipos sociais e formas territoriais de organização, de modo que nos dois casos tem-se um *acontecer solidário* que define o subespaço lugar ou região. No período atual este acontecer se manifesta territorialmente de três maneiras: um *acontecer homólogo*, um *acontecer complementar*, e um *acontecer hierárquico* (SANTOS, 2008b [1996]).

Na medida em que a escala de ocorrência do fenômeno imprime uma determinada lógica de combinações a cada um dos acontecimentos cria-se um cabedal teórico-metodológico propício para a distinção entre lugar e região. Sendo assim, o acontecer homólogo e

o acontecer complementar supõem uma extensão contínua, na qual a solidariedade orgânica se constitui pelas próprias variáveis em co-presença, mais próximas ao conceito de lugar, enquanto que no acontecer hierárquico as relações podem ser pontuais e a solidariedade independe da contiguidade, forjando a solidariedade organizacional que define o novo caráter da região.

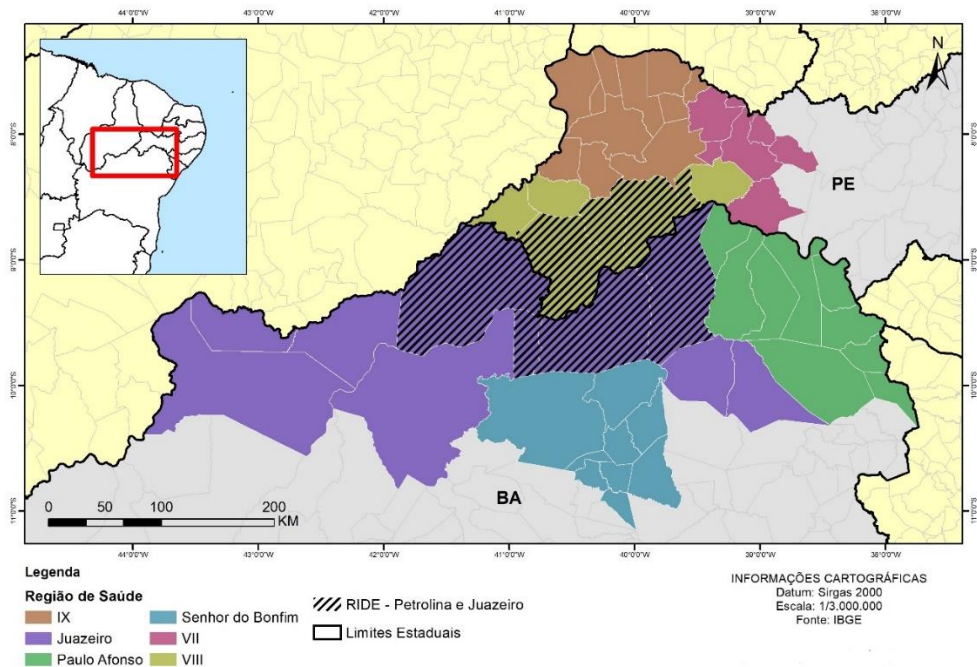
O entendimento de Petrolina/PE e Juazeiro/BA como situação geográfica a partir da incidência dos acontecimentos diz respeito ao processo pelo qual a totalidade é cindida, pois o evento pode ser “o vetor das possibilidades existentes num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região e esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo” (SANTOS, 2008b [1996] p. 144). Isso se constitui num instrumento metodológico substancial para o planejamento regional e as estratégias institucionais de articulação e cooperação de políticas públicas que dependem da coesão de múltiplas escalas espaciais, conforme se vislumbra a seguir na operacionalização da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco.

Os eventos convertidos em normas: a manifestação territorial do acontecer hierárquico

A compreensão metodológica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA no que se refere à análise de situação geográfica permite que o tema da regionalização como fato e como ferramenta seja operacionalizado a partir da incidência das densidades normativas e das vidas de relações que constituem a escala de ocorrência da Política de Saúde e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional nesta porção territorial (**Figura 03**). Isso é possível porque *a regionalização como*

fato “encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território” (RIBEIRO, 2015 [2004] p. 195) e a *regionalização como ferramenta* reflete a forma-conteúdo de planejamento conduzido pelo Estado por meio da variável política como estrutura determinante. Nesse sentido, “a regionalização, como fato e como ferramenta, envolve ideologia e recursos político-administrativos” (RIBEIRO, 2015 [2004] p. 196).

Figura 03: Mapa da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco



A concepção de regionalização como fato e como ferramenta está atrelada às articulações multiescalares que refletem tanto as dinâmicas de construção do território pelos agentes hegemônicos quanto o acionamento ideológico apoiado em elementos do meio natural, valores culturais ou critérios político-administrativos que

deem sustentação às fronteiras e limites. Tais características coadunam com a premissa da solidariedade organizacional enquanto reflexo de racionalidades externas que sustentam a concepção de região, o que faz Limonad (2015 [2004]) argumentar que as regionalizações possíveis e existentes para um mesmo território podem ser inúmeras e atender a interesses extremamente precisos, podendo até variar conforme os objetivos que pretendam contemplar.

Na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA há a sobreposição de interesses particularizados de planejamento do Estado, já que a Política de Saúde tem a regionalização como um dos seus eixos estruturantes de operacionalização - no qual está posta que as ações e os serviços de saúde constituem uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (BRASIL, 1988) - e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída em 2007 por meio do Decreto nº 6.047, tinha como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, devendo orientar os programas e ações federais no Território Nacional (BRASIL, 2007).

A problemática da regionalização possui duas faces instavelmente conectadas, pois num primeiro momento se regionalizam atores, interesses e instituições e, posteriormente, os mesmos reconhecem e formalizam as regiões. Nesse sentido, sabendo que os “os eventos não se dão isoladamente, mas em conjunto sistêmico – verdadeiras situações – que são cada vez mais objeto de organização na sua instalação, no seu funcionamento e no seu respectivo controle e organização” (SANTOS, 2008b [1996], p. 149), é possível indagar: *que forças são capazes de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas extensas?*

Sem dúvidas o Estado é a principal força que possui o direito legal de agir sobre a totalidade do território por meio do poder regulatório das normas e das prerrogativas político-administrativas que elas impõem a um determinado ponto do espaço geográfico. O conjunto de leis que emana do Estado em suas diferentes esferas administrativas é razão suficiente para condicionar a implantação de fixos e a geração de fluxos no território, de modo que tais atos normativos ganham forma geográfica por meio da existência das instituições e da maneira como cada uma delas opera no funcionamento da vida pública e privada brasileira, pois “a norma é geneticamente uma ação e morfologicamente uma densidade, uma forma. Mas no período atual se trata, notadamente, de um acontecer hierárquico que busca moldar as normas jurídicas” (SILVEIRA, 1999, p. 257).

A política entra como variável fundamental nesse processo já que, na escala do acontecer hierárquico, é ela que escolhe racionalmente os lugares que acolhem as possibilidades de realização dos eventos. Desse modo, entender o papel do Estado é fundamental na instituição de regionalizações, pois é “a eficiência do Estado para exercício cotidiano da hegemonia soberana que lhe confere o monopólio de produção das normas jurídicas” (ANTAS JR, 2005, p. 44).

Os preceitos constitucionais regulam normativamente o território e instituem competências político-administrativas para cada um dos entes da federação, fazendo com que todo o uso do território, do ponto de vista legal, esteja subordinado a esse ordenamento. É por isso que Kahil (2005) afirma que o debate político só pode se dar à escala da Nação, que é onde se encontram as instituições decisivas que podem operar transformações quanto ao

uso que se dá (e que também se espera) do território nacional. Com base nessa perspectiva,

a escala de origem do evento tem o que ver com a força do seu emissor. É raro que o governador de um estado ou o prefeito de um município tenham condições de criar outra coisa além de, respectivamente, eventos locais ou regionais. Enquanto isso, no âmbito geográfico de uma região ou lugar, as escalas superiores de ação estão frequentemente enviando vetores. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização (SANTOS, 2008b [1996], p. 153).

Na Administração Pública Brasileira e, mais especificamente, na Administração Pública Direta, as competências administrativas são realizadas pela União que, a partir das Secretarias da Presidência da República e dos Ministérios, cria uma desconcentração temática com a especialização de cada órgão em um determinado assunto. Na medida em que essa administração passa para a escala dos Estados e dos Municípios são instituídas as respectivas secretarias que operam, no nível de competência do seu ente, os temas encabeçados pela esfera federal de governo.

O Ministério da Saúde e o Ministério da Integração Nacional são as escalas de origem da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede PeBa na situação geográfica de Petrolina, já que são as políticas e deliberações normativas oriundas do poder central em Brasília que viabilizam os espaços de regulação que abrigam a *regionalização como ferramenta*. Para Silva (2014) essa desconcentração temática e classificação dos órgãos a partir da sua posição na estrutura administrativa é resultado do chamado “poder hierárquico”, que

distribui e escalona as funções dos órgãos, ordena e revê a atuação de seus agentes e estabelece as relações de subordinação.

No entanto, se estamos considerando que a incidência dos acontecimentos homologa e complementa – por meio das estruturas históricas herdadas e da conjuntura e coerência dos eventos nos lugares – também têm um papel ativo na implementação da regionalização como ferramenta em função dos elementos que modelam a regionalização como fato, é possível indagar: *por que os tomadores de decisão deliberam sobre priorizar determinadas políticas (constituindo, assim, uma parte dos eventos) em determinados pontos do espaço geográfico (constituindo, assim, as situações)?*

Tal fato ocorre porque o processo de regulação normativa do território não segue, necessariamente, o poder hierárquico rígido “de cima para baixo” que emana do ente federal de governo e reverbera nos entes estaduais e municipais, pois atores locais que se nacionalizam podem interferir decisivamente sobre a área de ocorrência de uma política em um determinado local que seja do seu interesse. Ou seja, a entrada de determinado tema na agenda de governo está associada aos atores que operam no âmbito das políticas públicas e à dimensão do acontecer homologa e acontecer complementar que se dá entre eles.

Quando os atores se nacionalizam dentro das instituições que possuem força para emitir normas de regulação do território, tanto a escala de origem quanto a escala de realização do evento passam a ser local de interesse e origem dos atores. Esse é o fenômeno que ocorre na implementação metodológica da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do

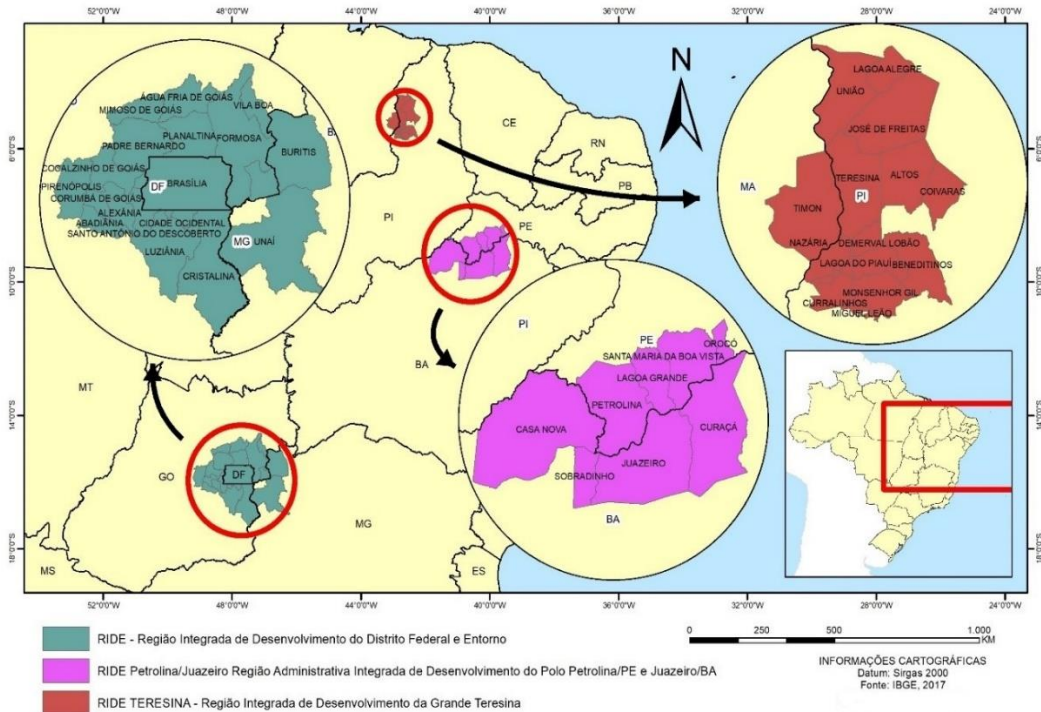
Vale do Médio São Francisco, que será melhor detalhado na próxima parte.

A constituição metodológica da Ride Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco

As chamadas Regiões Integradas de Desenvolvimento são arranjos institucionais que, potencialmente, facilitam a interação multiescalar e multidimensional entre os diversos entes federativos na condução dos problemas relacionados às desigualdades regionais. Do ponto de vista normativo se justificam por meio do art. 43 da Constituição Federal de 1988, responsável por instituir sobre as regiões no federalismo brasileiro sob a premissa de que “para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais” (BRASIL, 1988).

As RIDES possuem arcabouço legal mais complexo que o das regiões metropolitanas, pois envolvem municípios de mais de um estado da federação e são dependentes de Lei Complementar para sua implementação. Nesse sentido, começaram a ser criadas a partir de 1998 e se aproveitaram do advento da Constituição Federal de 1988 e do “boom” de regiões metropolitanas no Brasil. Até o momento foram instituídas três RIDES que estão hierarquicamente sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional (**Figura 04**) e têm como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica de territórios de baixo desenvolvimento no processo de diminuição das desigualdades regionais (BRASIL, 2017).

Figura 04: Regiões integradas de desenvolvimento no território brasileiro



A RIDE Petrolina-Juazeiro foi criada pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002. Compreende oito municípios que fazem fronteira com os estados de Pernambuco e Bahia, mas cujo maior protagonismo político, social e econômico dá-se pelos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Apesar de estar juridicamente na escala federal de governo e ter sido instituída por uma Lei oriunda da União, a iniciativa para a sua regulamentação foi do então Deputado Federal da época, Clementino Coelho, que exerceu mandato entre 1998 e 2002 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nesse sentido, observa-se que o protagonismo da Família Coelho enquanto força política local com poder institucional em múltiplas escalas é um elemento importante

para a efetivação dessa regionalização como ferramenta de planejamento.

No período de 1998 a 2002 a Família Coelho ocupava cargos políticos tanto em Pernambuco quanto na Bahia, já que pelo lado pernambucano Fernando Bezerra Coelho era prefeito de Petrolina (2001-2009) e Geraldo de Souza Coelho ocupava o posto de Deputado Estadual (1998-2002). Por sua vez, no lado baiano o ex-governador Nilo Moraes Coelho – primo de Fernando e Clementino e sobrinho de Geraldo - ocupava o posto de Deputado Federal (1998-2002). Sendo assim, a capilaridade da elite política local representada pela Família Coelho estava nas três instâncias administrativas que dava sustentação para a formalização operacional da RIDE e revela como as estruturas históricas herdadas exercem influência sobre a incidência de eventos contemporâneos.

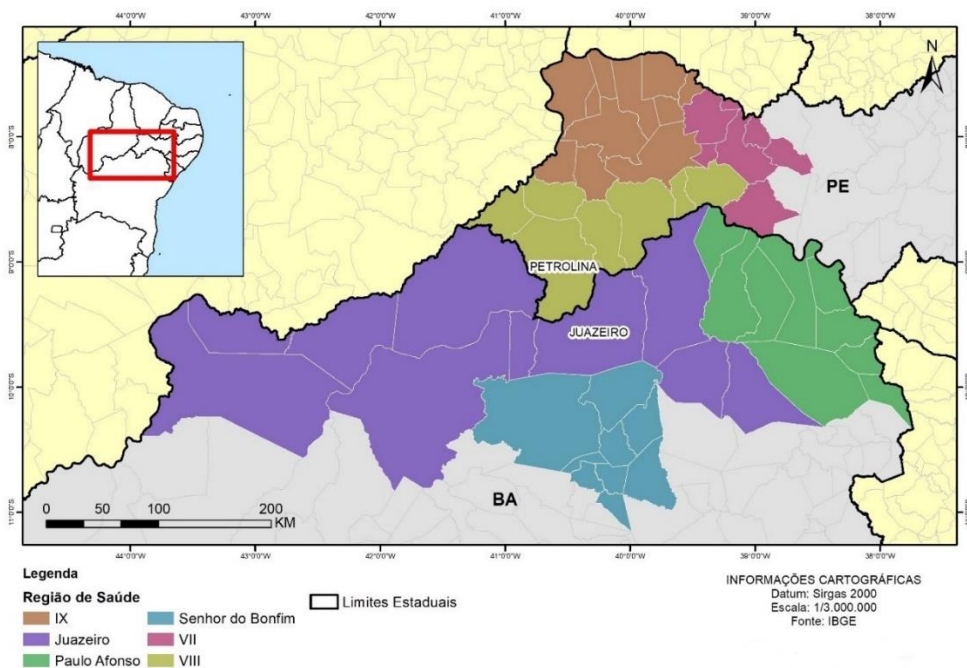
A Lei Complementar que estabelece a RIDE Petrolina-Juazeiro dispõe que os programas merecedores de maior atenção sejam irrigação, recursos hídricos, turismo, reforma agrária, meio ambiente e sistema de transporte, e os demais relativos à infraestrutura básica e geração de empregos. O Ministério do Desenvolvimento Regional considera a região um polo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada que foi forjado no contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento, quando o estabelecimento de polos regionais no Sul e no Nordeste - por meio da integração agrícola-industrial – passou a ser uma política institucional dos governos militares.

A SUDENE identificou polos de crescimento em cada um dos estados nordestinos e implementou projetos de dinamização econômica regional. Nesse sentido, percebe-se que as bases da RIDE Petrolina-Juazeiro, enquanto manifestação da regionalização como

ferramenta, remontam a um conteúdo político forjado em outra época, que é fruto das estruturas históricas herdadas e do acúmulo da densidade técnica e organizacional que constituíram a situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA por meio das dinâmicas da regionalização como fato.

A escala de realização da RIDE está diretamente associada aos interesses de atores locais que se nacionalizaram e buscaram garantir os interesses políticos e econômicos do lado pernambucano, nos mostrando que as situações geográficas são resultado das relações diretas entre as forças do emissor e do receptor dos eventos. No entanto, se o conteúdo da RIDE Petrolina-Juazeiro remonta às estruturas históricas herdadas, a Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do São Francisco (**Figura 05**) trilhou um caminho totalmente diferentes, pois foi resultado da conjuntura e coerência dos eventos resultante do protagonismo de atores governamentais que assumiram postos estratégicos junto ao Ministério da Saúde durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma Rousseff e junto às secretarias de saúde de Pernambuco, e, principalmente, da Bahia.

Figura 05: Mapa das regiões de saúde que formam a Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco (Rede PeBa)



A comumente chamada Rede PeBa constitui-se na primeira experiência de gestão regional interestadual da rede de serviços do Sistema Único de Saúde no Brasil. Está enquadrada no artigo 2º do Decreto nº 7.508, de junho de 2011, que estabelece as diretrizes de regionalização do SUS e explicita que “as regiões de saúde interestaduais, compostas por municípios limítrofes de mais de um Estado, serão instituídas por ato conjunto dos respectivos Estados em articulação com os municípios” (BRASIL, 2011). A rede interestadual é composta por 03 regiões de saúde da Bahia (Juazeiro, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim) e 03 regiões de saúde de Pernambuco (Ouricuri, Petrolina e Salgueiro), totalizando 52 municípios.

O ponto de partida inicial para a implementação da Rede PeBa foi a Portaria nº 1.989, de 23 de setembro de 2008. A diretriz normativa do Ministério da Saúde instituiu um Grupo de Trabalho que envolvia a participação conjunta das seguintes instâncias: a) Ministério da Saúde (representado pela Secretaria Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa); b) Secretaria de Estado da Saúde da Bahia; c) Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco; d) Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro; e) Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina e f) Universidade Federal do Vale do São Francisco.

A regulamentação normativa viabilizada pelo Ministério da Saúde pode, num primeiro momento, passar a impressão de que o acontecer hierárquico foi o vetor responsável pelo início de implementação da Rede PeBa na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Contudo, a escala de origem do evento da primeira experiência de regionalização interestadual do SUS no Brasil não surgiu no ente federal de Governo, e sim a nível local. Entre os anos de 2001 e 2004 a Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro iniciou as primeiras discussões sobre a conformação de uma parceria interestadual que pudesse viabilizar o acesso aos serviços de saúde para a população dos municípios de Petrolina e Juazeiro. Conforme expressa a então Secretária Municipal de Saúde de Juazeiro no período, Ângela Carneiro,

Petrolina e Juazeiro sempre foi muito complicado por causa do limite dos dois municípios, então você tinha uma invasão de território. Quando eu fui Secretária de Saúde de Juazeiro a gente tinha muita discussão porque a rede privada de Petrolina sempre foi muito grande, mas a rede

pública era mais em Juazeiro. Então a gente tinha muito problema, daí tentava fazer essas discussões, mas não conseguíamos nenhuma articulação (CARNEIRO, 2017, informação verbal).

As discussões eram travadas somente a nível local, sem a interferência das instâncias estaduais ou federal, embora já houvesse uma ideia em potência que precisava de uma robustez institucional e política para se transformar em norma. A viabilidade político-institucional de consolidação da Rede PeBa surgiu a partir de 2006, no contexto do segundo mandato presidencial de Lula, e, principalmente, dos mandatos dos governadores de Estado da Bahia e de Pernambuco.

Eduardo Campos (PSB), governador de Pernambuco, e Jacques Wagner (PT), governador da Bahia, compunham a base aliada do governo federal e permaneceram por dois mandatos seguidos (2007 – 2014) à frente de seus respectivos estados. Nesse sentido, uma parte do staff de primeiro escalão do Ministério da Saúde, que havia assumido cargos estratégicos entre 2003 e 2005 na gestão do então Ministro Humberto Costa (PT), migrou para as instâncias dos dois estados.

O próprio Humberto Costa, derrotado por Eduardo Campos na disputa do primeiro turno da eleição pernambucana de 2006, compôs a base aliada do então governo eleito e foi nomeado Secretário das Cidades de Pernambuco, entre 2007 e 2010. Pelo lado baiano assumiu o cargo de Secretário de Saúde do Estado da Bahia o médico Jorge Solla, que havia sido Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, entre 2003 e 2005. Daí em diante, o diálogo para a sistematização da Rede PeBa passou a ser travado diretamente entre as instâncias estaduais de governo.

Na região do Vale do São Francisco a conjuntura política também era favorável à base governista. Fernando Bezerra Coelho, então prefeito de Petrolina, era figura central no Governo Eduardo Campos, tanto que renunciou do mandato para se tornar Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Nas eleições municipais de 2008 a Prefeitura de Juazeiro foi ocupada pelo candidato do PCdoB, Isaac Cavalcante, consolidando a coalização de forças aliada ao PT no estado da Bahia e ao Presidente Lula no Governo Federal. Por sua vez, em Petrolina, elegeu-se Júlio Emílio de Macedo, do PMDB, que era apoiado por Fernando Bezerra Coelho.

A conjuntura político-institucional necessária para a implementação da Rede PeBa consolidou-se a partir de 2008, quando uma série de eventos culminou no acordo da primeira região interestadual da política de saúde no Brasil, instituída em 2011. Todavia, isso não teria sido possível se a escala de origem do evento não tivesse sido forjada ainda no início dos anos 2000, em nível local, graças aos primeiros diálogos entre as secretarias de saúde de Petrolina e Juazeiro. As relações entre o acontecer complementar e acontecer homólogo deram sustentação para o poder regulatório das normas do acontecer hierárquico viabilizar a implementação da regionalização como ferramenta na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. O **Quadro 01**, sintetiza o conjunto de eventos que se materializaram na proposta da Rede Interestadual do Vale do Médio São Francisco.

Quadro 01: Eventos que marcaram a consolidação da Rede PeBa entre 2008 e 2011.

PERÍODO	ACONTECIMENTO
Set/2008	Portaria nº 1.989, de 23 de setembro de 2008 que institui Grupo de Trabalho para implementação do Projeto.

Abr/2009	Assinatura da Carta do Vale do Médio São Francisco
Abr/2009	1º Fórum Macrorregional da Região de Saúde do Vale do Médio São Francisco
Mai/2009	Assinatura do Termo de Compromisso entre os Estados sobre a Rede de Alta Complexidade em Oncologia
Dez/2009	2º Fórum Macrorregional da Região de Saúde do Vale do Médio São Francisco
Mar/2010	Início do processo de discussão para formulação da PPI Interestadual. Apresentação das Diretrizes para o Plano Diretor de Investimentos – PDI 2010/2013
Mar/2010	Instituição do Colegiado de Cogestão Interestadual – CRIE
Mai/2010	Início da elaboração dos projetos de acordo com as prioridades elencadas no PDI
Jan/2011	Assinatura do Pacto Intergestores pela Implantação da Rede Interestadual de Saúde
Jan/2011	3º Fórum Macrorregional da Região de Saúde do Vale do Médio São Francisco
Mar/2011	Definida a Implantação da 1ª Central de Regulação Interestadual de Leitos do Brasil, em reunião do CRIE
Ago/2011	Inauguração da Central de Regulação Interestadual de Leitos (CRIL), primeira do Brasil

Fonte: Adaptado de Rodrigues et al, 2016

Considerações finais

O conceito de situação geográfica, que durante tanto tempo iluminou as formulações de geógrafos no processo de validação das categorias e conceitos da ciência geográfica, foi resgatado como um instrumento metodológico capaz de explicar a relação entre a escala de origem e a escala de realização dos eventos no período técnico-científico-informacional e delimitar as diferenças entre os conceitos de lugar e região nas políticas públicas, de modo que a institucionalização da *regionalização como ferramenta* de

planejamento leve em consideração a incidência do acontecer homólogo, acontecer complementar e acontecer hierárquico que modelam a *regionalização como fato*. É somente por meio das características específicas do território que se pode dar conteúdo às regiões e elaborar políticas que deem conta das especificidades dos lugares.

Tal constatação é importante porque o poder regulatório das normas de políticas públicas nacionais, caso da PNDR e da Política de Saúde, reverbera no território de maneira distinta a partir da força do emissor e do receptor dos eventos. São as estruturas históricas herdadas, associadas à conjuntura e a coerência dos lugares, que fazem de Petrolina/PE e Juazeiro/BA uma porção territorial com características singulares de constituição e usos do território capaz de abrigar, concomitantemente, uma área prioritária de intervenção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (RIDE Petrolina-Juazeiro) e a primeira experiência de gestão regional interestadual da Política de Saúde no Brasil (Rede PeBa).

O conceito de situação geográfica como substantivo do princípio teórico de que o uso do território tem existência nos lugares tem possibilidade de ser incorporado pelos formuladores das políticas públicas como tentativa de superar as polissemias conceituais e de interesses que se dão entre os distintos órgãos governamentais nas escalas da União, dos estados e dos municípios. Nesse sentido, é possível superar a fragmentação das políticas públicas que trabalham com metodologias e áreas de atuação territorial específicas (Política Regional, Política Social, Política Urbana, Política Ambiental, etc) para se incorporar todos os elementos do espaço e suas incidências escalares numa mesma porção territorial. Isso por si só reflete as condições ambientais, de vida, saúde,

educação, urbanização, rural que compõem e distinguem as situações e os lugares, permitindo adequar os instrumentos de planejamento e as áreas de atuação das políticas conforme o imperativo territorial e não a partir de formulações abstratas *a priori*.

Não há como formular políticas públicas que se pretendam regionais e compartilhadas com mais de um ente da federação se não forem considerados, primeiramente, os elementos do *território como norma* (SANTOS, 2008d [1994]), constituído por aquele pedaço do espaço geográfico organizado a partir de características próprias, mas cuja área de ocorrência abriga as condições de implementação de vetores externos. A situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA evidenciou que a sistematização da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco se explica pela própria construção histórica daquela situação enquanto uma porção territorial dominada por um complexo de fruticultura irrigada que une campo e cidade através do acontecer homólogo e acontecer complementar, mas que tem na dimensão política a razão do acontecer hierárquico responsável por engendrar uma modernização seletiva do território, instituindo uma simbiose entre agentes hegemônicos e vidas de relações locais que forjam as regionalizações como fato e ferramenta.

O processo espacial do acontecer solidário que constitui a situação geográfica e, conseqüentemente, a área de ocorrência e atuação das políticas é formado por esse conjunto de características, já que “a cada temporalização prática corresponde uma especialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos” (SANTOS, 2008b [1996], p. 159). Conseqüentemente, como a região só é inteligível a partir das formas e das normas, a densidade normativa permite que a regionalização

como ferramenta se molde por meio da negociação política entre os atores, pois “a função das normas é a de fornecer um referencial que permite o intercâmbio político e o econômico, porque coloca aos diferentes atores participantes as oportunidades existentes nas negociações” (O’NEILL, 2013, p. 329).

As escalas institucionais de cooperação e articulação de políticas públicas demandam o preenchimento da forma (entes federativos) com os conteúdos do território (situações geográficas), tendo em vista que são esses fatores que interferem diretamente na forma como as políticas públicas se institucionalizam. Sendo assim, o processo de regionalização não deve, obrigatoriamente, obedecer a delimitação e hierarquização arbitrária de cima para baixo dos formuladores na escala da Nação, e sim atuar em acordos políticos embasados por informações coerentes com a dinâmica dos lugares, pois a escala de origem do evento nacional pode ter sido gestada no nível local e se realizado em áreas de interesses de grupos específicos, conforme foi observado na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.989, de 23 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017 [1988].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento*: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Recife: SUDENE, 1967.

ANTAS JR, R. M. *Território e regulação*: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005. 248p.

AZEVEDO, H. P. L. e ALVES, A. M. *Rides – por que criá-las?* Revista Geografias. Belo Horizonte, v. 06, n. 2, 2010.

CATAIA, M. A. e RIBEIRO, L. H. L. *Análise de situações geográficas*: notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). v. 11, n. 15, 2015.

CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 406p.

LIMONAD, E. Brasil século XXI: regionalizar para quê? Para quem? In: LIMONAD, E. et al (org.). *Brasil século XXI*: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015 [2004]. p. 54-66.

O'NEILL, M. M. V. C. Os aspectos teóricos do institucionalismo e as bases territoriais institucionais na região Nordeste. CASTRO, I. E. de; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.). *Espaços da Democracia*. 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

RAMOS, S. F. *Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas*: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. O uso do território no vale do São Francisco: sistema técnico agrícola da fruticultura irrigada. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 34, 2013.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et al (org.). *Brasil Século XXI*: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015. p. 194-212.

RODRIGUES, R. M. et al. Região Interestadual de Saúde do Vale do Médio São Francisco: potencial instituinte para a produção de redes

vivas. In: FEUERWERKER, L et al (org.). *Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes*. Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

SANTOS, M. *O território e o saber local: algumas categorias de análise*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, n° 2, 1999.

_____. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C (org). *Conhecimento e Reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: Eduece, 2000 [1996]. p. 53-64.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008a [1981]

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008b [1996]. 392p.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2008c [2002]

_____. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Edusp, 2008d [1994]. 176p.

SILVA, S. A. *O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

SILVEIRA, M. L. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999. 488p.

_____. *Região e globalização: pensando um esquema de análise*. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, 2010.

_____. *Uma situação geográfica: do método à metodologia*. Revista Território, n° 6, 1999.

Submetido em: 03 de maio de 2019.

Aprovado em: 05 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

FEITOSA, Luciana da Costa. Os eventos convertidos em normas na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 439-473, jan.-jun./2019.